



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA.


Aos 13 (treze) dias do mês de maio do ano de 2026, às 08:30hrs, no Plenário “Maria Ortiz” do Palácio Atilio Vivácqua, situado à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, em Bento Ferreira, nesta cidade realizou-se a 4ª (quarta) Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da Câmara Municipal de Vitória, sob a Presidência Interina do Sr. Vereador Aylton Dadalto. Presentes: André Brandino, Dalto Neves, Dárcio Bracarense e o suplente, o Sr. Vereador Davi Esmael. Ausente: o membro, Sr. Vereador Aloísio Varejão. Deu-se início à **Ordem do dia**, para apreciação do parecer relativo às seguintes proposições: 01) **Processo 20658/2025 - Projeto de Lei 303/2025 – Ementa:** “Altera a Lei nº 8.935, de 06 de abril de 2016, que dispõe sobre o combate ao abuso sexual no sistema municipal de transporte público coletivo de passageiros, para adequar a terminologia a legislação penal vigente e dá outras providências.”, de autoria do Vereador Dalto Neves. O Sr. Vereador Dárcio Bracarense foi designado como **Relator**, tendo emitido Parecer pela aprovação da matéria. Estando todos os membros de acordo, a **votação** foi realizada. Submetido o **PARECER à VOTAÇÃO**, este foi **APROVADO**, por **03 (três) voto SIM**, dos Srs. Vereadores, Aylton Dadalto, Dárcio Bracarense e Dalto Neves e **NENHUM voto NÃO. PARECER APROVADO**. Ato contínuo, passou-se ao debate sobre a violência nas escolas e a segurança no ambiente escolar. Manifestando-se sobre o tema, o Sr. Presidente externou profunda insatisfação com a ausência de representantes da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria de Segurança Urbana, anunciando que formalizará a convocação legal e obrigatória das referidas autoridades para a próxima reunião desta comissão. Após o Sr Vereador Dárcio Bracarense propôs o encaminhamento de um requerimento visando à criação de um Comitê de Segurança Escolar integrado, sugerindo a participação ativa da Comissão de Pais de Alunos, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e forças policiais, com o intuito de estabelecer cronogramas e projetos-piloto de proteção escolar. Iniciada a oitiva dos convidados, o titular da Delegacia de Crimes Cibernéticos e do Núcleo Especializado de Segurança Escolar da Polícia Civil, Dr. Breno, expôs o alarmante incremento nas ameaças direcionadas a instituições de ensino nas plataformas digitais. Alertou para o déficit de efetivo policial na região metropolitana e defendeu enfaticamente que o Município atue no acompanhamento pós-atuação policial, estruturando mecanismos integrados de assistência psicológica e social para o acompanhamento contínuo dos menores infratores e suas famílias, visando mitigar a reincidência. Em seguida, o Major Leandro, coordenador do Comitê de Segurança Escolar da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP), destacou a necessidade urgente de se consolidar uma cultura de segurança escolar pautada no preparo e na prevenção, ressaltando que o acolhimento por parte de órgãos municipais (como o CAPS) é fundamental após as intervenções policiais. Em seguida, o Major Leandro, coordenador do Comitê de Segurança Escolar da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP), destacou a necessidade urgente de se consolidar uma cultura de segurança escolar pautada no preparo e na prevenção, ressaltando que o acolhimento por parte de órgãos municipais (como o CAPS) é fundamental após as intervenções policiais. Representando a comissão de pais (Jardim Camburi), o Dr. Davi Brito criticou a morosidade do Executivo Municipal e das direções escolares na adoção de providências estruturais após episódios recentes de violência. Reivindicou investimentos práticos, tais

como o uso de detectores de metais, controle rigoroso do acesso nas portarias e a intensificação de patrulhas preventivas da Guarda Municipal e da Polícia Militar. Na mesma linha, o vigilante e instrutor credenciado pela Polícia Federal, Sr. Rodrigo Dias, advertiu sobre falhas de engenharia e segurança em novos centros educacionais e sustentou que recursos tecnológicos como botões de pânico e videomonitoramento são insuficientes se desacompanhados do emprego de vigilância patrimonial armada apta a neutralizar agressões de forma imediata. A Vereadora Ana Paula ponderou que as ações de enfrentamento devem abranger o corpo docente e os profissionais de educação, argumentando que a segurança deve ser tratada sob uma ótica multidisciplinar e pedagógica, pautada no diálogo democrático, sem converter o ambiente escolar em uma estrutura de encarceramento. O Vereador Davi Ismael também ressaltou a parcela de responsabilidade do Poder Legislativo em capitanear ações concretas e transversais de prevenção. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente Interino encerrou a Reunião, convocando antes os Srs. Vereadores a comparecerem à próxima **Reunião**, a realizar-se no dia **17 (dezesete) de junho de 2026**, no Plenário desta Casa de Leis. Do que, para constar, o Serviço de Apoio às Comissões Permanentes lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente Interino desta Comissão. Eu, João Vitor Rebelo Bravo, Servidor (a) desta Casa de Leis, matrícula 7614, redigi a presente ata.



Vereador Aylton Dadalto

Presidente da Comissão de Segurança Pública



João Vitor Rebelo Bravo – Matrícula 7614

Diretoria de Processo Legislativo e das Comissões Parlamentares